



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA
SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 593/2026

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado:

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

Lei Federal nº 6.259, de 30 de outubro de 1975 — Dispõe sobre a organização das ações de Vigilância Epidemiológica, sobre o Programa Nacional de Imunizações, estabelece normas relativas à notificação compulsória de doenças e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 — Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990 — Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências.

Lei Federal nº 9.656, de 3 de junho de 1998 — Dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

Lei Federal nº 13.301, de 27 de junho de 2016 — Dispõe sobre a adoção de medidas de vigilância em saúde quando verificada situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor dos vírus da dengue, chikungunya e zika, e altera a Lei nº 6.437, de 20 de agosto de 1977.

Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 — Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.

Lei Federal nº 14.454, de 21 de setembro de 2022 — Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, estabelecendo critérios que permitem a cobertura de tratamentos ou procedimentos não previstos no rol da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), observados os requisitos legais.

Constituição do Estado de São Paulo.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO
PROCURADORIA**

Lei Estadual nº 10.083, de 23 de setembro de 1998 — Dispõe sobre o Código Sanitário do Estado de São Paulo e dá outras providências.

Lei Estadual nº 16.669, de 1º de fevereiro de 2018 — Institui a “Campanha Permanente de Conscientização e Combate ao Mosquito Aedes Aegypti”.

Lei Orgânica do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 12.468, de 16 de setembro de 1997 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de borracharias e empresas de recauchutagem adotarem medidas para evitar a existência de criadouros de Aedes aegypti e Aedes albopictus e dá outras providências.

Lei Municipal nº 12.546, de 7 de janeiro de 1998 — Dispõe sobre o Conselho Municipal de Saúde de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002 — Dispõe sobre a instituição do Programa Municipal de Combate e Prevenção à Dengue e dá outras providências.

Lei Municipal nº 13.454, de 22 de novembro de 2002 — Institui, no Município de São Paulo, o Programa “Adote Seu Quarteirão”, vinculado a projetos relacionados à área de saúde no combate à dengue.

Lei Municipal nº 13.725, de 9 de janeiro de 2004 — Institui o Código Sanitário do Município de São Paulo.

Lei Municipal nº 14.186, de 4 de julho de 2006 — Institui o Programa Municipal de Arborização Urbana e dá outras providências.

Lei Municipal nº 14.413, de 31 de maio de 2007 — Dispõe sobre os direitos dos usuários dos serviços e das ações de saúde no Município de São Paulo e dá outras providências.

Lei Municipal nº 15.442, de 9 de setembro de 2011 — Dispõe sobre a limpeza de imóveis, o fechamento de terrenos não edificadas e a construção e manutenção de passeios, bem como cria o Disque-Calçadas, além de revogar e alterar dispositivos da legislação municipal correlata.

Lei Municipal nº 16.050, de 31 de julho de 2014 — Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo e revoga a Lei nº 13.430/2002.

Lei Municipal nº 16.273, de 2 de outubro de 2015 — Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para a implementação de medidas de vigilância sanitária e



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue e da febre chikungunya.

Lei Municipal nº 16.402, de 22 de março de 2016 — Disciplina o parcelamento, o uso e a ocupação do solo no Município de São Paulo, de acordo com a Lei nº 16.050/2014 – Plano Diretor Estratégico (PDE).

Lei Municipal nº 16.519, de 22 de julho de 2016 — Altera os arts. 4º e 6º da Lei Municipal nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002, a fim de ampliar os locais obrigados a adotar medidas para evitar a existência de criadouros de *Aedes aegypti* e *Aedes albopictus*, e dá outras providências.

Lei Municipal nº 16.812, de 1º de fevereiro de 2018 — Dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Orientação, Conscientização, Prevenção e Combate ao Mosquito “*Aedes aegypti*” na Rede Municipal de Ensino.

Lei Municipal nº 17.070, de 13 de março de 2019 — Dispõe sobre a atualização das multas pecuniárias previstas na Lei nº 13.264, de 2 de janeiro de 2002, a inclusão de artigo que extingue qualquer subjetividade que possa ocorrer no ato fiscalizatório e acrescenta teor que garante segurança financeira ao munícipe.

Lei Municipal nº 18.185, de 7 de novembro de 2024 — Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia D de Combate à Dengue”.

Portaria da Secretaria Municipal da Saúde – SMS nº 2.286, de 4 de novembro de 2014 — Dispõe sobre a obrigatoriedade de notificação de todos os casos suspeitos de dengue ou de febre chikungunya atendidos pelos serviços de saúde, públicos ou privados, localizados no território da Cidade de São Paulo.

Portaria da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente – SVMA nº 4/2016 — Institui o Comitê de Combate ao *Aedes aegypti*.

Projeto de Lei nº 237/2025 — Dispõe sobre a proibição de vasos de plantas e similares nas escolas municipais de São Paulo, com o objetivo de evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, e dá outras providências.

Projeto de Lei nº 253/2024 — Altera a Lei Municipal nº 14.485/2007 para incluir no Calendário de Eventos da Cidade de São Paulo o “Dia D de Combate à Dengue”. O projeto foi posteriormente aprovado e resultou na Lei Municipal nº 18.185, de 7 de novembro de 2024.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**
PROCURADORIA

Projeto de Lei nº 173/2024 — Institui o método Wolbachia como diretriz complementar de controle biológico de combate ao mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue e de outras doenças, no âmbito da Cidade de São Paulo.

Projeto de Lei nº 113/2024 — Dispõe sobre a distribuição gratuita, na rede municipal de saúde, de repelentes contra o mosquito *Aedes aegypti*, instituindo o “Programa São Paulo sem Dengue”.

Projeto de Lei nº 22/2022 — Institui o Programa “Aedes do Bem” no Município de São Paulo e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 17 de setembro de 2026.

Cintia Talarico da Cruz
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068